

# FILOSOFIA DA COMUNICAÇÃO: REFLEXÕES TEÓRICAS E EPISTEMOLÓGICAS

PHILOSOPHY OF COMMUNICATION: THEORETICAL AND  
EPISTEMOLOGICAL REFLECTIONS

Ciências Humanas • 12/04/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/775967365](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/775967365)

Adelcio Machado dos Santos<sup>1</sup>

Lucas Castilho Lopes<sup>2</sup>

Tatiane Atanásio dos Santos Bernardy<sup>3</sup>

Solange Sprandel da Silva<sup>4</sup>

## RESUMO

Este artigo tem como objetivo investigar os fundamentos teóricos e epistemológicos da filosofia da comunicação, explorando suas matrizes conceituais, tensões críticas e implicações contemporâneas. A partir de uma revisão bibliográfica abrangente, são discutidas a gênese filosófica da reflexão comunicacional, as contribuições da teoria da informação e do pensamento sistêmico, bem como os aportes da filosofia da linguagem e da epistemologia crítica. A comunicação é aqui compreendida como fenômeno complexo, estruturante da experiência humana e atravessado por disputas simbólicas e relações de poder. Ao articular distintas tradições teóricas, o artigo propõe uma compreensão ampliada da comunicação como prática simbólica, intersubjetiva e historicamente situada. Conclui-se que a filosofia da comunicação constitui um campo fértil para o pensamento crítico, capaz de enfrentar os desafios éticos, políticos e epistemológicos da sociedade contemporânea.

**Palavras-chave:** filosofia da comunicação; epistemologia; linguagem; complexidade.

## ABSTRACT

This article aims to investigate the theoretical and epistemological foundations of the philosophy of communication, exploring its conceptual matrices, critical tensions, and contemporary implications. Based on an extensive bibliographical review, the study addresses the philosophical genesis of communicational reflection, contributions from information theory and systems thinking, as well as insights from the philosophy of language and critical epistemology. Communication is understood here as a complex phenomenon that structures human experience and is permeated by symbolic disputes and power relations. By articulating different

theoretical traditions, the article proposes an expanded understanding of communication as a symbolic, intersubjective, and historically situated practice. It concludes that the philosophy of communication represents a fertile field for critical thought, capable of addressing the ethical, political, and epistemological challenges of contemporary society.

**Keywords:** philosophy of communication; epistemology; language; complexity.

## 1. INTRODUÇÃO

A comunicação tem sido, desde os primórdios da filosofia, um elemento fundamental na constituição da experiência humana e no desenvolvimento das formas de sociabilidade. No entanto, sua compreensão como objeto filosófico específico é um fenômeno relativamente recente, que exige um esforço teórico rigoroso para desvencilhar-se de abordagens estritamente técnicas, informacionais ou funcionais.

A filosofia da comunicação, enquanto campo de reflexão, não se limita à descrição dos processos comunicacionais, mas busca interrogar suas bases ontológicas, epistemológicas, éticas e políticas. Trata-se, portanto, de um empreendimento intelectual que visa compreender a comunicação não apenas como instrumento de troca de informações, mas como espaço privilegiado de constituição do sujeito, do conhecimento, da linguagem e da cultura.

Ao longo da história do pensamento ocidental, os conceitos de linguagem, discurso e sentido estiveram no cerne das discussões filosóficas. Desde a retórica aristotélica até as investigações contemporâneas sobre a performatividade discursiva, a

comunicação tem sido compreendida como prática fundante da vida social. Na Antiguidade Clássica, a arte da palavra era entendida como instrumento de persuasão, mas também como expressão da racionalidade.

No século XX, com o advento das teorias da linguagem e a ampliação do debate sobre os meios de comunicação de massa, surgem novas exigências teóricas, que desestabilizam as concepções tradicionais de verdade, significação e subjetividade.

É nesse contexto que emerge a necessidade de um campo teórico específico que articule os fundamentos filosóficos e epistemológicos da comunicação. A filosofia da comunicação, nesse sentido, ultrapassa a visão instrumental e informacional predominante em algumas abordagens das ciências da comunicação, propondo uma análise crítica das condições de possibilidade do comunicar, do dizer, do compreender e do interagir. Essa abordagem filosófica propõe uma reconfiguração dos paradigmas tradicionais de conhecimento, ao considerar a comunicação não como um mero meio, mas como um processo constituinte do próprio real, da convivência e da produção simbólica.

Destarte, compreender a comunicação filosoficamente é também compreender os modos pelos quais o ser humano se insere no mundo, produz sentido e estabelece relações com o outro. Isso implica em pensar a linguagem para além de sua função representacional, como algo que constitui e é constituído por relações de poder, desejo, afeto e historicidade. A filosofia da comunicação coloca em evidência questões fundamentais: como o sentido é produzido e compartilhado? Qual é o papel da linguagem na construção do conhecimento? Como os discursos moldam a

realidade social e política? Quais os limites da objetividade em uma sociedade midiaticizada? Essas indagações não apenas interpelam os estudiosos da comunicação, mas também ecoam em outros campos do saber, como a filosofia da linguagem, a hermenêutica, a fenomenologia, a teoria crítica e a epistemologia contemporânea.

Este artigo, precipuamente, colima refletir sobre os fundamentos teóricos e epistemológicos da filosofia da comunicação, promovendo um diálogo entre autores clássicos e contemporâneos que se debruçaram sobre a linguagem, o discurso, o conhecimento e o poder.

Destarte, busca-se mapear algumas das principais correntes filosóficas que influenciaram esse campo, evidenciando suas contribuições para o entendimento da comunicação como fenômeno complexo, dinâmico e situado historicamente e culturalmente.

Para isso, o texto está estruturado em seis seções. Após esta introdução, a segunda seção abordará os fundamentos filosóficos da comunicação, examinando desde a tradição clássica grega até a virada linguística do século XX. A terceira seção analisará a comunicação como problema epistemológico, destacando suas interfaces com a produção do conhecimento e os desafios da objetividade. Na quarta seção, serão exploradas reflexões teóricas contemporâneas que reposicionam a comunicação dentro dos sistemas sociais e da filosofia da linguagem. Em seguida, a quinta seção problematizará as tensões epistemológicas entre comunicação, linguagem e verdade, destacando os dilemas éticos e políticos que atravessam os discursos na atualidade.

Por final, serão apresentadas as considerações finais, que sintetizam os principais argumentos discutidos e apontam caminhos possíveis para a continuidade da pesquisa filosófica nesse campo.

A metodologia adotada consiste em caráter qualitativo, com ênfase na revisão bibliográfica e na análise crítica de referenciais teóricos que dialogam com a filosofia da linguagem, a epistemologia, a teoria crítica da comunicação e a hermenêutica. O objetivo não é oferecer respostas definitivas, mas estimular o pensamento filosófico em torno de uma temática que, embora amplamente explorada nas ciências sociais e comunicacionais, ainda carece de uma abordagem rigorosa e sistemática sob a ótica filosófica.

Em tempos marcados por profundas transformações tecnológicas, aceleradas formas de mediação e disputas discursivas, refletir filosoficamente sobre a comunicação torna-se tarefa urgente. Ao reconstituir as matrizes filosóficas que fundamentam os modos de comunicar e significar o mundo, este artigo pretende contribuir para o fortalecimento de um campo crítico e interdisciplinar, comprometido com a complexidade e a densidade da experiência comunicacional humana.

## **2. A GÊNESE DA REFLEXÃO COMUNICACIONAL NA FILOSOFIA**

A reflexão filosófica sobre a comunicação remonta à Grécia Antiga, período em que os primeiros pensadores sistematizaram investigações sobre a linguagem, o logos, a retórica e a dialética como instrumentos do pensamento e da convivência política. Na tradição filosófica clássica, a comunicação aparece intrinsecamente ligada à racionalidade e à constituição do sujeito, desempenhando

papel fundamental na estruturação do saber, na construção do ethos e na organização da pólis.

Platão (c. 427–347 a.C.), ao rejeitar a retórica sofística como arte de mera persuasão sem compromisso com a verdade, inaugura uma crítica ética e epistemológica à comunicação baseada apenas em aparência e manipulação.

Em *Górgias*, ele contrapõe a retórica à filosofia, argumentando que “a retórica é uma espécie de adulação”, enquanto a filosofia busca, por meio do diálogo e da maiêutica, alcançar a verdade (Platão, 2012). Para Platão, a linguagem deve ser orientada por um ideal de verdade e justiça, sendo, portanto, o discurso (logos) um meio de acesso ao mundo inteligível.

Aristóteles (384–322 a.C.), por sua vez, sistematiza a retórica como um instrumento legítimo da vida pública e política. Em sua obra *Retórica*, define-a como “a faculdade de observar, em cada caso, os meios de persuasão que existem” (Aristóteles, 2005, p. 17). Para ele, a comunicação não é apenas técnica, mas envolve três elementos fundamentais: ethos (credibilidade do orador), pathos (emoção do público) e logos (lógica do argumento).

Outrossim, Aristóteles fundamenta a lógica como estrutura do pensamento discursivo, inaugurando uma tradição que associa linguagem, razão e comunicação enquanto estruturas formais do conhecimento.

Esse embrião filosófico da reflexão comunicacional implica que o ato de comunicar, desde seus primórdios, é visto como parte constitutiva da atividade racional humana e da ética do convívio coletivo. A retórica e a dialética foram as primeiras formas

sistematizadas de práticas comunicativas na tradição ocidental, e ambas estão profundamente enraizadas no ethos democrático da Grécia clássica.

A linguagem, nesse contexto, não é apenas um instrumento de descrição do mundo, mas um modo de ser-no-mundo, uma condição ontológica que estrutura a intersubjetividade e a convivência.

No entanto, o pensamento clássico não esgota a questão. Com o advento do cristianismo e da filosofia medieval, observa-se uma mudança na compreensão do logos, que passa a ser interpretado como expressão da verdade divina. A teologia cristã, especialmente em Agostinho de Hipona, ressignifica a linguagem como mediadora entre Deus e os homens.

Em *De Magistro*, Agostinho (2006) argumenta que apenas Deus ensina verdadeiramente, sendo a linguagem humana um signo imperfeito e limitado. Aqui, a comunicação é vista como falível, sendo a iluminação interior o verdadeiro caminho para o saber.

Na modernidade, a comunicação passa a ser analisada sob a ótica da racionalidade científica e do sujeito cognoscente. Descartes, em sua busca por um método seguro para o conhecimento, recorre à linguagem como forma de ordenar o pensamento lógico, embora reconheça suas ambiguidades (Descartes, 1999). Já John Locke, em *Ensaio sobre o Entendimento Humano*, discute os limites da linguagem e os mal-entendidos comunicativos que surgem da imprecisão dos signos linguísticos (Locke, 2003).

A preocupação com a clareza e a objetividade do discurso reflete a confiança moderna na razão como fundamento do conhecimento.

Contudo, é com o idealismo alemão, especialmente em Hegel, que a linguagem volta a adquirir centralidade ontológica. Na *Fenomenologia do Espírito*, Hegel (2010) apresenta a linguagem como meio pelo qual o Espírito se objetiva no mundo, sendo, portanto, essencial à constituição da consciência e da história. Já no século XX, essa tradição encontra novo vigor na virada linguística da filosofia analítica e continental, cujos desdobramentos serão explorados em seções posteriores.

Os estudos contemporâneos sobre comunicação, como os de Habermas, Gadamer, Paul Ricoeur e outros, retomam essas matrizes clássicas para repensar o papel da linguagem na racionalidade comunicativa e na construção do consenso intersubjetivo. Habermas (2012), por exemplo, reivindica o legado aristotélico e platônico ao propor uma ética discursiva que fundamenta a legitimidade das normas na possibilidade de um entendimento racional entre os sujeitos.

Destarte, pode-se afirmar que a gênese da reflexão comunicacional na filosofia não está restrita à emergência das ciências da comunicação no século XX, mas possui raízes profundas que atravessam milênios de pensamento ocidental. A comunicação sempre foi um problema filosófico — seja como técnica, arte, instrumento de persuasão ou condição ontológica.

Resgatar essas matrizes clássicas permite compreender a comunicação não apenas como fenômeno contemporâneo, mas como uma das mais complexas expressões da humanidade em sua busca por sentido, verdade e convivência.

### **3. MODERNIDADE E CRÍTICA DA RAZÃO COMUNICATIVA**

A modernidade filosófica foi marcada por uma profunda transformação na concepção de razão e sujeito, com desdobramentos significativos para a compreensão da comunicação. A partir do século XVII, a filosofia passa a conceber o conhecimento como produto da subjetividade autônoma, fundando-se na evidência, na clareza e na distinção dos enunciados, conforme proposto por Descartes (1999).

Essa guinada epistemológica, no entanto, relegou a linguagem e a comunicação a um papel secundário, pois o foco passou a recair sobre o sujeito cognoscente isolado, cuja tarefa era apreender verdades objetivas sobre o mundo.

A razão moderna, portanto, foi predominantemente instrumental — voltada à dominação da natureza e à sistematização técnica do conhecimento. Weber (1992) diagnosticou esse fenômeno como um processo de racionalização crescente da vida social, no qual os meios se sobrepõem aos fins e a comunicação tende a ser instrumentalizada.

A crítica à razão instrumental encontra ressonância em diversos autores do século XX, notadamente na tradição da Teoria Crítica, que buscará resgatar uma noção mais ampla de racionalidade, incorporando a dimensão comunicativa e intersubjetiva da vida humana.

Jürgen Habermas, principal expoente da segunda geração da Escola de Frankfurt, propõe em *Teoria do Agir Comunicativo* (2012) uma distinção fundamental entre dois tipos de racionalidade: a instrumental e a comunicativa. A razão instrumental refere-se à ação

estratégica, em que os agentes perseguem objetivos com base na eficiência dos meios.

Já a razão comunicativa é orientada pelo entendimento mútuo, sendo inerente à linguagem como meio de coordenação social baseada na argumentação, no consenso e na reciprocidade.

Habermas (2012) argumenta que a modernidade fracassou em sua promessa de emancipação justamente por haver colonizado o “mundo da vida” com os sistemas do poder e do dinheiro, promovendo uma patologização da comunicação. A crítica à razão moderna, nesse sentido, não implica a sua rejeição, mas sim a necessidade de reorientá-la em direção a uma racionalidade comunicativa que valorize a argumentação pública e a deliberação democrática (Habermas, 2012).

Sua proposta é construir uma ética do discurso fundamentada em princípios de universalização e reciprocidade, capazes de legitimar normas sociais por meio do debate argumentativo.

Paralelamente, a hermenêutica filosófica contemporânea também oferece críticas contundentes à razão moderna, particularmente no que diz respeito à objetividade e neutralidade da linguagem. Gadamer (2000) rejeita a ideia de que a compreensão possa ser alcançada por métodos científicos ou por uma razão descontextualizada. Para o autor, toda compreensão é histórica, linguística e situada, e a comunicação ocorre no horizonte da fusão de perspectivas (*Horizontverschmelzung*), em que o intérprete participa ativamente da constituição do sentido.

Outro pensador fundamental é Paul Ricoeur, cuja filosofia da linguagem articula hermenêutica, fenomenologia e ética. Em obras

como *A metáfora viva* (Ricoeur, 2005), o autor mostra como a linguagem não apenas representa o mundo, mas o configura simbolicamente. A comunicação, nesse contexto, é um processo criativo e interpretativo que envolve mediações simbólicas e narrativas. Ricoeur também destaca o papel da narrativa na construção da identidade, ampliando o escopo da racionalidade comunicativa para incluir a dimensão temporal e ética da experiência humana.

Ademais desses autores, é imprescindível considerar o impacto da virada linguística e da crítica pós-estruturalista na filosofia da comunicação. Foucault (1996) concebe o discurso como prática social que produz saber e poder. Em vez de uma razão comunicativa consensual, Foucault descreve a comunicação como campo de disputas e regimes de verdade. A crítica foucaultiana revela os mecanismos pelos quais determinados discursos se impõem como legítimos, excluindo outros por meio de dispositivos de poder-saber.

Por conseguinte, enquanto Habermas aposta na possibilidade de uma comunicação orientada pelo entendimento racional, autores como Foucault, Derrida e Lyotard colocam em xeque a própria ideia de consenso, mostrando que a comunicação está atravessada por assimetrias, conflitos e rupturas.

Lyotard (1993), em especial, critica os "grandes relatos" legitimadores da modernidade, propondo uma valorização das narrativas plurais e dos jogos de linguagem heterogêneos que resistem à unificação discursiva.

A crítica à razão moderna, portanto, revela múltiplos caminhos filosóficos que convergem na necessidade de repensar a

comunicação para além da lógica instrumental. Seja por meio da ética discursiva de Habermas, da hermenêutica ontológica de Gadamer, da fenomenologia simbólica de Ricoeur ou da genealogia crítica de Foucault, emerge um consenso negativo: a comunicação, longe de ser um processo neutro e transparente, é mediada por estruturas históricas, linguísticas e políticas que demandam análise filosófica rigorosa.

#### **4. EPISTEMOLOGIA DA COMUNICAÇÃO: LIMITES E POSSIBILIDADES**

A epistemologia da comunicação constitui-se como um campo complexo e interdisciplinar, cujas fronteiras dialogam com a filosofia da linguagem, a teoria do conhecimento, a semiótica, a hermenêutica, a sociologia e as ciências da informação. Ao se debruçar sobre os modos de produção, transmissão e validação do saber comunicacional, essa vertente filosófica busca compreender não apenas o conteúdo da mensagem, mas os regimes de verdade que a estruturam, os sujeitos que a enunciam, os meios que a veiculam e as estruturas sociais que a sustentam (Barbero, 2003).

Desde os primórdios da filosofia, a linguagem já era reconhecida como meio de expressão do pensamento e, ao mesmo tempo, como obstáculo epistemológico. Platão, por exemplo, desconfiava da palavra como veículo confiável da verdade, uma vez que ela poderia ser manipulada pela retórica (Platão, 2012).

Na modernidade, a epistemologia ganha contornos mais objetivos, com o predomínio do modelo científico-empírico, que valoriza a observação, a racionalidade e a verificação lógica. Nesse contexto, a comunicação é frequentemente reduzida a um meio de transmissão

de informações entre emissor e receptor, conforme o modelo linear elaborado por Shannon e Weaver (1949), cujo enfoque técnico, embora funcional para sistemas de engenharia, revelou-se insuficiente para os fenômenos comunicacionais humanos.

Do ponto de vista epistemológico, o modelo de Shannon e Weaver carece de uma dimensão crítica, pois ignora os aspectos culturais, simbólicos e ideológicos da linguagem. Como observa Barbero (2003), a comunicação não pode ser compreendida apenas como transferência de mensagens, mas como produção de sentidos em contextos históricos concretos.

Nesse sentido, a epistemologia da comunicação exige uma abordagem que vá além da lógica instrumental, incorporando a complexidade das interações humanas e as dinâmicas de poder que atravessam os discursos.

A emergência da teoria crítica da comunicação e da virada linguística na filosofia contribuiu decisivamente para o alargamento das possibilidades epistemológicas nesse campo. Habermas (2012), ao propor a teoria do agir comunicativo, oferece um modelo alternativo à racionalidade instrumental, enfatizando que a comunicação, em sua forma ideal, é orientada pelo entendimento mútuo entre sujeitos capazes de argumentar racionalmente. A validade dos enunciados, segundo Habermas, depende de sua aceitabilidade em situações discursivas ideais, baseadas na simetria, na reciprocidade e na ausência de coerção.

Contudo, essa proposta também enfrenta críticas. Foucault (1996) questiona a própria noção de consenso racional, argumentando que os discursos estão enredados em relações de poder e que a

produção de saber está intrinsecamente ligada a dispositivos de dominação. Para Foucault, a comunicação não é um espaço neutro de troca simbólica, mas um campo de luta no qual certas vozes são silenciadas e outras legitimadas. Tal perspectiva introduz uma abordagem genealógica à epistemologia da comunicação, destacando seus limites políticos e éticos.

Outro autor relevante é Lévy (1999), que propõe uma epistemologia da comunicação voltada à cibercultura. Para ele, a revolução digital modifica os modos de produção e compartilhamento do conhecimento, instaurando uma inteligência coletiva em rede. Essa descentralização da informação traz novas possibilidades epistêmicas, ao mesmo tempo que desafia os modelos clássicos de autoridade, autoria e veracidade.

Em ambientes digitais, como redes sociais, fóruns e wikis, o saber torna-se colaborativo, mutável e muitas vezes efêmero, o que demanda novas formas de validação e crítica epistemológica.

Nesse cenário, destaca-se também a epistemologia da complexidade, proposta por Morin (2011), segundo a qual o conhecimento comunicacional não pode ser fragmentado ou compartimentalizado. Morin defende que o saber é sempre multidimensional, interligado e contextualizado, e que a comunicação deve ser analisada a partir dessa perspectiva complexa. O comunicador, nesse sentido, é também um epistemólogo, pois precisa interpretar, selecionar, sintetizar e reconfigurar informações em função de contextos culturais e sociais específicos.

Destarte, a epistemologia da comunicação encontra seus limites quando reduz o conhecimento ao transmissível, à lógica da codificação e decodificação, ou à mera repetição de dados desprovidos de contexto. Limita-se também quando não considera a historicidade, a corporeidade e a performatividade dos sujeitos comunicantes (Barbero, 2003). Mas encontra suas possibilidades quando incorpora a diversidade das linguagens, a multiplicidade dos saberes e a pluralidade dos mundos de vida.

Conseqüentemente, compreende-se que o campo epistemológico da comunicação exige, portanto, uma postura reflexiva, crítica e transdisciplinar. Deve dialogar com as diferentes tradições filosóficas, reconhecer os atravessamentos do poder, da cultura e da técnica, e promover uma abertura ao novo — àquilo que escapa às categorias formais do pensamento tradicional.

A comunicação, enquanto fenômeno epistêmico, não é um simples canal de transmissão, mas um espaço criador de mundos, de identidades e de formas de conhecer.

## **5. PENSAMENTO SISTÊMICO E TEORIA DA COMUNICAÇÃO**

Luhmann (2006) reflete que a compreensão da comunicação no contexto contemporâneo exige o diálogo com paradigmas teóricos que transcendam os modelos clássicos de transmissão linear da informação.

Entre os principais aportes conceituais nesse sentido, destacam-se o pensamento sistêmico e a teoria matemática da informação, duas abordagens que, embora oriundas de matrizes distintas, convergem na tentativa de compreender a comunicação como processo dinâmico, complexo e interdependente.

A teoria da informação, formulada por Claude Shannon e Warren Weaver no final da década de 1940, surgiu no contexto da engenharia elétrica, com o objetivo de resolver problemas técnicos relacionados à eficiência da transmissão de sinais em canais de comunicação. Os autores estabelecem um modelo linear composto por cinco elementos fundamentais: emissor, transmissor, canal, receptor e destinatário (Shannon; Weaver, 1949).

Esse modelo matemático introduziu conceitos-chave como "entropia", "redundância" e "ruído", oferecendo ferramentas para quantificar e otimizar o fluxo de informações.

Conquanto o seu caráter tecnicista, a teoria da informação exerceu grande influência sobre os estudos comunicacionais ao longo do século XX, sobretudo por fornecer uma base formal para a análise dos processos de codificação e decodificação de mensagens.

No entanto, a crítica epistemológica aponta que o modelo de Shannon e Weaver desconsidera aspectos semânticos, pragmáticos e contextuais da linguagem humana. Como afirma Eco (1980), a teoria da informação trata apenas da eficiência da transmissão, e não do sentido das mensagens — quanto mais informativa é uma mensagem, menos sentido ela possui no plano semântico

É justamente nesse ponto que o pensamento sistêmico oferece uma ampliação conceitual da comunicação. Influenciado pela teoria geral dos sistemas (Bertalanffy, 1975), o pensamento sistêmico considera os fenômenos sociais e comunicacionais como sistemas abertos, autopoieticos e dinâmicos, compostos por múltiplos elementos em interação. A ênfase desloca-se da linearidade para a complexidade,

da causalidade direta para a retroalimentação, e do emissor para a rede de relações.

Dentro dessa perspectiva, a contribuição de Luhmann (2006) é fundamental. Em *A realidade da mídia* (2006), Luhmann propõe uma teoria dos sistemas sociais baseada na autopoiese, conceito originalmente desenvolvido por Humberto Maturana e Francisco Varela (1997) no âmbito da biologia. Segundo Luhmann, a comunicação não é uma simples transmissão de conteúdos, mas um processo autônomo de construção de sentido (*Sinn*) realizado pelo sistema social.

A sociedade, nesse modelo, é composta por sistemas comunicativos autorreferenciais, como o direito, a política, a economia e a mídia, cada um operando com sua própria lógica de códigos binários.

Para Luhmann (2006), os sistemas sociais não se comunicam com indivíduos, mas com outros sistemas. Os sujeitos não participam da comunicação; eles são condição externa para sua ocorrência. Isso representa uma ruptura radical com as abordagens intersubjetivas, como a de Habermas, pois o foco não está no entendimento mútuo entre agentes racionais, mas na complexidade das operações sistêmicas. A função da comunicação, nesse contexto, é reduzir a complexidade ambiental, selecionando informações pertinentes a partir de contingências.

A articulação entre teoria da informação e pensamento sistêmico também se manifesta em áreas como a cibernética, a ecologia da informação e a semiótica sistêmica. Bateson (1979), por exemplo, desenvolveu uma abordagem ecológica da mente, na qual informação é entendida como “a diferença que faz diferença”. Tal

concepção transcende a mera transferência de dados, posicionando a comunicação como relação entre sistemas cognitivos e ecossistemas culturais.

Outro pensador relevante nesse campo é Morin (2005), que propõe uma epistemologia da complexidade voltada à interconexão entre sistemas. Em *O Método* (Morin, 2005), ele argumenta que os processos comunicacionais são sempre multidimensionais, atravessados por elementos técnicos, simbólicos, afetivos e políticos.

Para Morin, compreender a comunicação requer uma abordagem que integre diferentes níveis de realidade e que reconheça a incerteza, a contradição e o paradoxo como componentes constitutivos do saber.

As possibilidades abertas pelo pensamento sistêmico e pela teoria da informação revelam que a comunicação não pode ser compreendida a partir de uma única lógica interpretativa. Trata-se de um fenômeno multiescalar, que envolve desde os circuitos tecnológicos até os sentidos simbólicos e as redes de poder. Maturana e Varela (1997) observam que esse modelo sistêmico permite descrever a comunicação como processo emergente e adaptativo, enquanto a teoria da informação fornece instrumentos formais para analisar sua eficiência estrutural.

Contudo, ambos os paradigmas também apresentam limites. O formalismo da teoria da informação tende a excluir os fatores culturais e ideológicos, enquanto o funcionalismo sistêmico pode obscurecer a agência humana e as disputas simbólicas. Assim, o desafio epistemológico consiste em articular essas abordagens com

perspectivas críticas, hermenêuticas e pragmáticas que reintroduzam a dimensão ética e política da comunicação.

## **6. FILOSOFIA DA LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO: REFLEXÕES CONTEMPORÂNEAS**

A filosofia da linguagem ocupa papel central na consolidação da filosofia da comunicação, sobretudo a partir do século XX, quando a linguagem passa a ser concebida não apenas como meio de expressão do pensamento, mas como condição ontológica do próprio existir. Com o advento da chamada “virada linguística”, a linguagem deixa de ser vista como um espelho do mundo e torna-se estruturante do conhecimento, da subjetividade e da realidade social.

Wittgenstein (2009) representa um marco incontornável nesse debate. O autor defende que a linguagem tem a função de representar estados de coisas no mundo, sustentando uma concepção referencial e lógica do discurso. No entanto, ao longo de sua trajetória intelectual, Wittgenstein rompe com essa visão positivista. Wittgenstein (2005), ele introduz o conceito de "jogos de linguagem", afirmando que o significado das palavras depende do uso que delas se faz em contextos específicos. A linguagem, segundo essa perspectiva, é uma prática social, e compreender uma afirmação significa entender a forma de vida na qual ela se insere.

Essa mudança de paradigma tem implicações diretas para a filosofia da comunicação, pois desloca o foco do conteúdo da mensagem para os atos de fala e seus efeitos no contexto da interação. É neste sentido que Austin (1962) argumenta sobre a teoria dos atos de fala, distinguindo entre enunciados constativos (que descrevem) e

performativos (que realizam ações). Austin mostra que, ao dizer algo, o falante não apenas transmite informações, mas também executa atos sociais — prometer, ordenar, nomear, etc.

John Searle, discípulo de Austin, amplia essa teoria ao sistematizar os diferentes tipos de atos de fala — locutivos, ilocutivos e perlocutivos — e ao destacar a intencionalidade como elemento estruturante da linguagem (Searle, 1980). Tais concepções mostram que a comunicação é um processo ativo, intersubjetivo e situado, no qual os sujeitos criam, modificam e negociam sentidos a partir de regras implícitas nos contextos socioculturais.

A vertente hermenêutica da filosofia da linguagem, representada por Gadamer (2000), também oferece importantes contribuições. O autor propõe que toda compreensão é, essencialmente, interpretação, sendo mediada pela linguagem como horizonte comum entre os interlocutores (Gadamer, 2000). Gadamer rejeita a objetividade científica como critério último do conhecimento e afirma que a comunicação é um evento de fusão de horizontes, ou seja, um encontro entre diferentes perspectivas históricas que se abrem ao diálogo.

Já no âmbito do pensamento dialógico, Bakhtin (2011) concebe a linguagem como um campo de forças ideológicas em disputa. Para ele, todo enunciado é um ato social, situado num espaço de relações assimétricas entre sujeitos. O conceito de “dialogismo” proposto por Bakhtin (2011) revela que a comunicação está sempre atravessada por múltiplas vozes, e que a significação é um processo relacional, tensionado por alteridades. A palavra nunca é neutra: ela carrega valores, intencionalidades e posicionamentos sociais.

Destarte, a filosofia da linguagem oferece à filosofia da comunicação um aporte teórico robusto para compreender os aspectos pragmáticos, éticos e políticos da interação verbal e não verbal. Como afirma Austin (1990), os sentidos não estão fixos na estrutura linguística, mas emergem da prática discursiva, dos contextos históricos e das condições materiais de produção.

Por conseguinte, ao articular as contribuições da filosofia da linguagem, a comunicação pode ser entendida como ato criativo e interpretativo, como prática situada e como espaço de negociação simbólica. Mais do que um canal neutro de transmissão, a linguagem é um mundo em si mesma — um lugar onde se travam lutas por significação, identidade e poder.

## **7. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A filosofia da comunicação, enquanto campo de investigação crítico e interdisciplinar, revela-se fundamental para o entendimento profundo das dinâmicas simbólicas, epistemológicas e ontológicas que permeiam o fenômeno comunicacional.

Ao longo deste trabalho, foi possível demonstrar que a comunicação, longe de ser uma simples transmissão técnica de mensagens, constitui-se como processo complexo de produção de sentido, atravessado por práticas discursivas, estruturas de poder e mediações culturais. A articulação entre linguagem, verdade e subjetividade delinea uma epistemologia própria que exige atenção às condições históricas, sociais e filosóficas da enunciação.

As matrizes clássicas da filosofia, desde Platão e Aristóteles, já identificavam a relevância do logos na organização da vida política e na busca pela verdade. No entanto, é com o desenvolvimento da

modernidade e suas respectivas críticas — especialmente a partir da virada linguística — que a linguagem e a comunicação ganham centralidade como temas filosóficos estruturantes.

A razão comunicativa de Habermas, as práticas discursivas de Foucault e os jogos de linguagem de Wittgenstein ilustram o deslocamento do foco da consciência isolada para as condições intersubjetivas e histórico-sociais do conhecimento.

A epistemologia da comunicação, como demonstrado, enfrenta o desafio de transitar entre paradigmas formais e hermenêuticos, entre a lógica da informação e a densidade simbólica da linguagem humana. A tensão entre objetividade e intersubjetividade, entre técnica e sentido, exige modelos analíticos abertos, sensíveis à complexidade dos contextos e das interações comunicativas. As contribuições do pensamento sistêmico, da filosofia da linguagem e das teorias dos atos de fala oferecem ferramentas fecundas para pensar a comunicação como fenômeno integrador e constitutivo do real.

Adicionalmente, o reconhecimento da comunicação como espaço de disputas simbólicas e de negociação de sentidos amplia seu alcance filosófico, superando abordagens tecnicistas. A linguagem torna-se, assim, um lugar privilegiado para a emergência do novo, da alteridade e da crítica social. A comunicação deixa de ser um mero canal e passa a ser concebida como estrutura epistemológica e existencial do ser-no-mundo, demandando abordagens que articulem ética, estética e política.

Em epítome, refletir filosoficamente sobre a comunicação é um exercício de desnaturalização, de retorno aos fundamentos e de

abertura a novas formas de conhecer e significar o mundo. A filosofia da comunicação não apenas contribui para a consolidação de um campo teórico autônomo, mas também instiga o pensamento a se posicionar diante dos desafios contemporâneos: a fragmentação discursiva, a crise da verdade, a tecnificação dos vínculos humanos e a necessidade de um novo pacto comunicativo entre os sujeitos.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AGOSTINHO, Santo. *O mestre (De Magistro)*. São Paulo: Paulus, 2006.

ARISTÓTELES. *Retórica*. Tradução: Manuel Alexandre Júnior. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.

AUSTIN, John Langshaw. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BARBERO, Jesús Martín. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

BATESON, Gregory. *Mind and Nature: A Necessary Unity*. New York: Bantam Books, 1979.

BERTALANFFY, Ludwig von. *Teoria geral dos sistemas*. Petrópolis: Vozes, 1975.

DESCARTES, René. *Discurso do método*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ECO, Umberto. *O signo*. São Paulo: Perspectiva, 1980.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1996.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método*. Petrópolis: Vozes, 2000.

HABERMAS, Jürgen. *Consciência moral e agir comunicativo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2012.

HEGEL, G. W. F. *Fenomenologia do espírito*. Petrópolis: Vozes, 2010.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

LOCKE, John. *Ensaio acerca do entendimento humano*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre o saber*. São Paulo: José Olympio, 1993.

LUHMANN, Niklas. *A realidade da mídia: uma teoria funcionalista dos meios de comunicação*. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. *A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana*. São Paulo: Palas Athena, 1997.

MORIN, Edgar. *O método 1: A natureza da natureza*. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MORIN, Edgar. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

PLATÃO. *Górgias*. Tradução: Carlos Alberto Nunes. Belém: EDUFPA, 2012.

RICOEUR, Paul. *A metáfora viva*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

SEARLE, John. *Speech acts: an essay in the philosophy of language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

SHANNON, Claude; WEAVER, Warren. *The Mathematical Theory of Communication*. Urbana: University of Illinois Press, 1949.

WEBER, Max. *Ensaio de sociologia*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. São Paulo: Nova Cultural, 2005.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*. São Paulo: Abril Cultural, 2009.

---

<sup>1</sup> Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento (UFSC). Pós-Doutor em Gestão do Conhecimento (UFSC). Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP). Rua Prof. Egídio Ferreira, nº 271, bairro Capoeiras Florianópolis/SC/Brasil, CEP88090-699. E-mail: [adelciomachado@gmail.com](mailto:adelciomachado@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutorando e Mestre em Desenvolvimento e Sociedade pela UNIARP. Médico (UFSC). E-mail: [castilho.lucaslopes@gmail.com](mailto:castilho.lucaslopes@gmail.com).  
ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-4242-1649>

<sup>3</sup> Doutoranda e Mestra em Desenvolvimento e Sociedade (UNIARP).  
Economista, Bacharela

em Ciências Econômicas. E-mail: [tatisbernardy@gmail.com](mailto:tatisbernardy@gmail.com). ORCID:  
<https://orcid.org/0009-0007-0733-2517>.

<sup>4</sup> Direito e Pedagogia. Mestre em Ciência Jurídica. Doutoranda em  
Desenvolvimento Regional.  
Grupo de Pesquisa: Educação, Política e Sociedade. ORCID:  
<https://orcid.org/0009-0001-9274-030X>.